

CORREIO
OFFICIAL

29 DE MARÇO
DE 1906

REIO OFFICIAL



ESTADO DA PARAHYBA DO NORTE

PUBLICADO NA IMPRENSA OFFICIAL

ASSIGNATURAS:—6\$000 por anno, começando em qualquer tempo e findando sempre em 31 de Dezembro

N. 48

ADMINISTRAÇÃO DO EX.^{mo} MONSENHOR WALFREDO LEAL, PRESIDENTE DO ESTADO.

(*) Decreto n.º 293

De 13 de Março de 1906

Distribue e provê as cadeiras de instrução primaria do Estado.

Monsenhor Walfredo Leal, Primeiro Vice-Presidente do Estado da Parahyba, auctorizado pelo § 3º do art. 3º da Lei n. 223 de 19 de Novembro de 1904.

DECRETA

Artigo Unico. A distribuição e provimento das cadeiras de instrução primaria do Estado ficam feitos conforme a relação que a este acompanha; revogadas as disposições em contrario.

O Secretario de Estado faça publicar o presente Decreto, expedindo-se as portarias de nomeações e communicações necessarias.

Palacio da Presidencia do Estado da Parahyba, em 13 de Março de 1906, 18 da Proclamação da Republica.

Monsenhor WALFREDO LEAL.

RELAÇÃO A QUE SE REFERE O DECRETO SUPRA

São nomeados effectivamente os seguintes professores normalistas:

Para a cadeira do sexo masculino da Cidade de Areia—Eduardo Monteiro de Medeiros.

Para a cadeira do sexo masculino da Cidade de Guarabira—Enos Ranulpho Monteiro da Franca;

Para a cadeira do sexo masculino da Cidade de Mamanguape—João Rodrigues da Fonseca;

Para a cadeira do sexo masculino da Villa de Alagôa Grande—Arthur Moreira de Barros;

(*) Reproduzido por ter saído com incorrecções.

Para a cadeira do sexo feminino da Cidade de Bananeiras—D. Joanna das Neves Gouvêa;

Para a cadeira do sexo feminino da Villa de Araruna—D. Maria das Neves Mello Rapôso.

Ficam garantidos nos termos do art. 13 do Decreto n.º 255, de 29 de Julho de 1905 os seguintes professores:

Capital

1.ª Cadeira do sexo feminino

Diamantina Francelina Tavares Barreto (Tem concurso).

Villa do Ingá

Cadeira do sexo feminino—D. Francisca Eduwiges da Nobrega (Tem concurso).

Villa do Teixeira

Cadeira do sexo feminino—D. Josepha Peregrina de Albuquerque (Tem concurso).

Villa de Araruna

Cadeira do sexo masculino—Amaro Gomes de Almeida (Tem concurso).

Villa de Misericordia

Cadeira do sexo masculino—Pedro Leite da Costa Guimarães (Tem concurso).

Villa do Espirito Santo

Cadeira do sexo masculino—Laurentino de Mello Cavalcante (Tem concurso).

Cadeira do sexo feminino—D. Francisca de Mello Cavalcante (Tem concurso).

Cidade de Bananeiras

Cadeira do sexo masculino—Francisco de Souza Falcão (Normalista).

Villa de Pedras de Fôgo

Cadeira do sexo feminino—D. Estellita Pereira Vianna (Normalista).

Para terem exercicio nas cadeiras estadoaes abaixo mencionadas, ficam designados os seguintes professores de concurso, que regiam cadeiras que passaram á classe de municipaes.

Cidade de Cajazeiras

Cadeira do sexo feminino—D. Rosa Candida de Lima. (Tem concurso); regia a cadeira municipal da povoação de Cabedello).

Villa de Serraria

Cadeira do sexo masculino—Manoel Gustavo de Farias Leite Filho (Tem concurso; regia a cadeira Municipal de Fagundes.)

Villa de Princeza

Cadeira do sexo feminino—D. Carolina Amelia de Araújo. (Tem concurso; regia a cadeira Municipal de Fagundes.)

Ficam commissionados nos termos do art. 5º do Decreto n. 26 de 29 de Julho de 1905, para regerem cadeiras estadoaes do ensino primario, os seguintes professores:

Capital

1.ª Cadeira do sexo masculino—Christovam de Hollanda Chacon Dias Paredes.

Adjuncto da mesma cadeira—Antonio Cassiano Brayner.

2.ª Cadeira do sexo masculino—Antonio Elias Pessoa.

Cidade de Areia

Cadeira do sexo feminino—D. Anna Miquelina da Silva Lima.

Cidade de Itabayanna

Cadeira do sexo masculino—José Soares de Mendonça.

Cidade de Pombal

Cadeira do sexo masculino—Luiz Fernandes Campos.

Cadeira do sexo feminino—D. Honorina Horacio de Medeiros Nobrega.

Cidade de Cajazeiras

Cadeira do sexo masculino—Seraphim Valdevino de Albuquerque.

Cidade de Souza

Cadeira do sexo masculino—Nabor Meira de Vasconcellos.

Cadeira do sexo feminino—Clotilde Pordeus Meira.

Cidade de Patos

Cadeira do sexo masculino—Antonio Benigno de Medeiros.

Cadeira do sexo feminino—D. Joaquina de Oliveira Cabral.

Villa de Santa Rita

Cadeira do sexo masculino—José Carlos Rabello.

Villa do Pillar

Cadeira do sexo masculino—João de Souza Cabral.

Cadeira do sexo feminino—D. Izabel Carolina da Costa Maia.

Villa de Serraria

Cadeira do sexo feminino—D. Maria Amazile Ferreira Passos.

Villa do Catolé do Rocha

Cadeira do sexo masculino—Ascendino de Almeida.

Cadeira do sexo feminino—D. Christina Francisca dos Santos Maia.

Villa do Piancó

Cadeira do sexo masculino—José Leite de Almeida.

Cadeira do sexo feminino—D. Maria Amelia Marinho Cesar.

Villa da Conceição

Cadeira do sexo masculino—João Benjamim de Maria Gentileza.

concelho em 10 do corrente mez sido reeleito Presidente e bem assim reeleito Vice Presidente o Conselheiro Major Manoel José da Cunha.

Dia 22

Portarias:

O Vice Presidente do Estado resolve nos termos do Decreto nº. 293, de 13 do corrente mez, commissionar o Professor publico vitalicio Gonçalo Aquilino Pereira Tejo na cadeira de instrucção primaria da villa de S. João do Cariry, devendo apresentar seu titulo na Secretaria de Estado para ser apostillada.

Fizeram-se as devidas communicações.

Igual nomeando o 2º. tabellião interino e escrivão do crime e civil da comarca da capital, Pedro Ulysses de Carvalho, para servir tambem interinamente o lugar de official do Registro Geral de Hypothecas da mesma comarca, servindo de titulo a presente portaria.

Communicou-se aos Drs. Juizes de Direito da 1ª, 2ª e 3ª. vara. Igual exonerando Pedro Joaquim Ceciliano Raphael, do cargo de 1º. supplente do Delegado do termo de S. João do Cariry.

Igual nomeando para substitui-lo Hermirio dos Santos Maciel da Fonsêca.

Igual exonerando Antonio Alves Menino do cargo de subdelegado do districto de S. José dos Cordeiros do termo de S. João do Cariry.

Igual nomeando para substitui-lo Aprigio Antão da Fonsêca.

Igual exonerando Pedro Monteiro Leite do de 1º. supplente do subdelegado do districto de S. José dos Cordeiros, do termo de S. João do Cariry.

Igual nomeando para substitui-lo Tito Livio de Sousa Cruz.

Igual exonerando Bento Correia Lima do cargo de subdelegado do districto de Jericó, do termo de S. João do Cariry.

Igual nomeando para substitui-lo Antonio Nunes Terreão.

Igual exonerando Austriciano de Sousa Guarim da serventia interina dos officios de 2º. tabellião e escrivão do civil, crime, orphãos e annexos do termo de S. João do Cariry e de official do Registro Geral de Hypothecas da respectiva comarca visto achar-se impossibilitado de contiunar a occupar o referido lugar.

Igual nomeando para substitui-lo José de Farias Maciel Filho. Tiveram o conveniente destino e fizeram-se as devidas communicações.

Igual exonerando o cidadão Francisco Gomes de Lima do lugar de Escrivão da Mesa de Rend.

da cidade de Bananeiras.

Igual removendo para o dito

lugar o actual Escrivão da Mesa de Rendas da cidade de Sousa João Carlos Cesar Falcão, devendo apresentar seu titulo na Secretaria de Estado para ser apostillado.

Igual tornando effectivo o acto de 7 de Abril de 1905, que nomeou o cidadão Innocencio Justino da Nobrega para o lugar de de Escrivão da Mesa de Rendas da cidade de Sousa, devendo apresentar seu titulo na Secretaria de Estado para ser apostillado.

Communicou-se ao Inspector do Thesouro.

Officio:

Ao Inspector do Thesouro. Recommendo-vos que façaes prorogar até o dia 20 de Abril vindouro, o praso para o pagamento da primeira prestação do corrente anno, do imposto de industria e profissão, conforme propuzestes em officio nº. 54 de 20 do corrente mez.

DESPACHOS

Dia 16

—O Major Commandante Interino do Batalhão de Segurança.

—Ao Thesouro para pagar.

—Eduardo Monteiro de Medeiros.—Informe a Secretaria.

—Manoel Baptista Vieira do Nascimento e Joaquim Bizerra de Araujo, presos sentenciados.

—Ao Dr. Luiz de Direito de Areia, para satisfazer a exigencia Superior Tribunal de Justiça do Estado.

Dia 17

—João Rodrigues da Fonsêca.—Attendido.

—D. Nauthilia da Gama Porto.—Informe a Directoria da Instrucção Publica.

—Eduardo Monteiro de Medeiros.—Attendido na forma requerida.

—Manoel Francisco da Cruz Sant'Anna.—Indeferido, em face da Informação do Thesouro.

—Bacharel José Ferreira de Novaes.—Indeferido, de accordo com a informação do Thesouro.

Dia 21

Bacharel Irineo Alves de Oliveira.—Informe a Secretaria.

—Francisco Freire de Andrade Attendido.

—D.D. Antonia Maia Gomes e Joanna das Neves Gouvêa. Como requer.

—D. Theresa Ribeiro do Nascimento.—Deferido, em vista da informação do Thesouro.

—O Coronel Commandante Superior Interino da Guarda Nacional.—Remetta-se estes papeis ao Dr. Juiz Municipal de Pedras de Fogo para informar a respeito do assumpto.

—Jersino Alves Correia.—Informe o Thesouro.

—D. Cordula Augusta de Lima.—Deferido na forma requerida de accordo com os pareceres da Inspectoria do Thesouro e Procuradoria Fiscal.

—João Candido Leoncio.—Deferido em parte, para ser dispensado do pagamento da metade do imposto, em face da informação do Thesouro.

—José Rodrigues Correia Lima.—Attendido para ser incluído a etapa, a que tem direito, nos termos da 3ª. nota da tabella em vigor.

—O Capitão Fiscal do Batalhão de Segurança.—Pague-se.

—D. Bráulio dos Passos Coelho da Silveira.—Attendida em parte para ser dispensada das multas em que incorreo, de accordo com o parecer das Inspectorias do Thesouro.

—D. Anna Elydia Cavalcante de Albuquerque.—Indeferido, visto como a ultima reforma da Ins-

trucção não fez referencia a professores adjuntos.

—D. Anna Cardoso da Silveira.—Indeferido, visto não ter provado seo estado de indigencia, de accordo com a informação do Thesouro.

Dia 22

—A Companhia "Ferro-Carril Parahybana".—Ao Thesouro para pagar.

—Luiz Gomes de Mello Lula.—Attendido, em face da informação do Thesouro.

—Bacharel Ignacio da Costa Brito.—Remetta-se ao Juiz Municipal de Alagôa Nova para satisfazer a exigencia do Superior Tribunal.

—Francisco Xavier Junior.—Ao Concelho Superior de Instrucção deste Estado para dar parecer á respeito do trabalho do requerente.

Poder Legislativo Municipal

Orça a receita e a despesa do Municipio do Ingá, Estado da Parahyba do Norte, no exercicio de 1906.

O Prefeito do Municipio da Villa do Ingá:—Faço saber que o Concelho Municipal da Villa do Ingá decretou e eu sancionei a Lei seguinte:

DESPEZA

Art. 1º. A despesa do Municipio do Ingá para o exercicio de 1906, é orçada na importancia de réis 13:354\$000 e distribuidas pelas verbas seguintes:

EMPREGADOS E DESPEZAS DO CONCELHO

§ 1º. Ordenado ao Secretario effectivo	600\$000
§ 2. Ordenado ao Secretario aposentado	180\$000
§ 3. Ordenado ao porteiro	120\$000
§ 4. Verba para reparos e mobilia	200\$000
§ 5. Idem para expediente e impressão	200\$000
	1:300\$000

EMPREGADOS E DESPEZAS DA PREFEITURA

§ 6. Ordenado ao Secretario	600\$000
§ 7. Expediente e impressão	150\$000
§ 8. O Thesoureiro perceberá 1% do que for arrecadado	
	750\$000

EMPREGADOS EXTERNOS

§ 9. Ordenado ao Fiscal da villa	120\$000
Alem deste ordenado perceberá mais 20% de cada multa que impuzer e for arrecadada	
§ 10 Ordenado a 6 guardas Municipaes, na razão de 30\$000 mensal para cada um, sendo que a mensalidade do chefe dos guardas é de 40\$000	2:280\$000
§ 11 O Procurador perceberá 10% e o seu ajudante tambem 10% do que arrecadarem	
	2:400\$000

INSTRUCÇÃO PUBLICA

§ 12 Ordenado ás Professoras de Riachão, Serra Redonda e Cachoeira de Cebo-las, na razão de 600\$000 annues para cada uma

1:800\$000

DESPEZAS DIVERSAS

§ 18 Fardamento, armação e munição para 6 guardas municipaes	100\$000
§ 14 Gratificação ao Escrivão do Jury	180\$000
§ 15 Idem, idem do Registro	200\$000
§ 16 Verba para Jury e Eleição	300\$000
§ 17 Idem idem limpeza da cadeia e ruas da villa	100\$000
§ 18 Idem para iluminação	100\$000
§ 19 Verba para um advogado	400\$000
§ 30 concerto de açude Publico	100\$000
§ 21 Idem para limpeza da Povoação de Serra Redonda	52\$000
§ 22 Idem para alluguel da casa que serve de Cadeia Publica na referida Povoação	72\$000
§ 23 20% nos termos do § unico do art 2º da Lei n. 16 de 10 de Novembro de 1904 para o cofre do Thesouro do Estado	2.800.000

7:104\$000

SOMMA TOTAL

Empregados e despesas do Concelho Municipal	1.300\$000
Idem idem da Prefeitura Municipal	750\$000
Empregados externos	2.400\$000
Instrucção Publica	1.800\$000
Despesas Diversas	7.104\$000
	13.354\$000

Receita

Art. 2º Para occorrer as despêzas consignadas nos §§ antecedentes, serão arrecadados os impostos seguintes, calculados em 14.000\$000 e decretado nos §§ que abaixo se seguem:

IMPOSTOS ANNUAES DE LICENÇA

§ 1º De cada balança de compra ou venda de algodão, café, assucar, carne de charque, bacalhão ou outra mercadoria não especificada, armada nas feiras do Municipio, ou fóra d'ellas	10\$0000
§ 2º De cada vendelhão de sapatos, nas feiras, ou que mascatear fóra d'ellas, inclusive os sapateiros do Municipio	10\$000
§ 3. De cada pessoa que vender aguardente, não tendo deposito em ancora e sendo em casa particular que não esteja para tal licenciado	2\$000
§ 4º De cada pessoa que vender fumo nas feiras do Municipio, ou fora delles, sem estar licenciado	10\$000
§ 5º De cada casa de tijollo, excepto as das Povoações	2\$000
§ 6º Idem, idem, sendo de telha e taipa.	1\$000
§ 7º De cada casa de fabricar farinha	5\$000
§ 8º De cada fonte d'agua potavel, cisterna, poço e tanque, cuja agua esteja esposta a venda	20\$000
§ 9º De cada ramada nos poços dos rios ou riachos, pertencentes a este municipio	3\$000
§ 10 De cada curral para dormida de gado, destinados ás feiras	2\$000
§ 11 De cada curral, não sendo para este fim	1\$000
§ 12 De cada curral para dormida de	

gados destinados ao abatimento ou consumo publico do Municipio na Villa e Povoações.

2\$000

§ 13 De cada circulo de cavallinho ou cosmorama

10\$000

§ 14 De cada divertimento profano lucrativo, que não seja promovido pelos habitantes do Municipio

6\$000

§ 15 De cada casa de jogo licito

10\$000

§ 16 mercado onde se cõbre dos feiristas, contribuições, haja bancas para allugar ou compartimentos, para negocio sendo contribuido de alvenaria

20\$000

§ 17 Idem idem sendo de taipa ou aberto

10\$000

§ 18 De cada açougue que não for em casa de mercado, ou como tal licenciado

10\$000

§ 19 De cada cortume, salgadura, ou outra qualquer officina propria de grozar couros

5\$000

§ 20 de cada hotel ou mesa de parto

20\$000

§ 21 casa de banho ou cocheira

10\$000

§ 22 officina de ferreiro, marceneiro, ourive, alfaiate, funileiro, sapateiro, inclusive as demais artes não especificadas

10\$000

§ 23 De cada vendelhão de polvora e seus preparados

20\$000

§ 24 De cada mascate do Municipio, que mascatear com fazendas em torno do mesmo

25\$000

§ 25 Não estarão sujeitos ao § 24 os que mascatearem ou venderem fazendas exclusivamente nas feiras do municipio, os quaes pagarão, entretanto, por cada banco, ou feira inclusive os dias festivos

1\$000

§ 26 De cada mascate ou negociante que vierem de outro Municipio, mascatearem neste

50\$000

§ 27 Não estarão sujeitos ao § 26 os que limitarem-se a vender exclusivamente nas feiras do Municipio, ficando sujeitos, entretanto, por cada banco de feira, inclusive os dias festivos

3\$000

§ 28 De cada mascate de miudezas d'este Municipio que mascaterarem em torno do mesmo

20\$000

§ 29 Não estarão sujeitos ao § 28 os que venderem exclusivamente nas feiras do municipio, os quaes pagarão, todavia por banco ou feira, inclusive os dias festivos

\$500

§ 30 Estarão tambem sujeitos aos §§ 24 e 25 os negociantes do Municipio que exercerem a profissão de mascate

§ 31 De cada negociante ou estabelecimento comprehendido fazendas, miudesas, ferragens, molhados etc de 1ª. classe

15\$000

De 2ª. idem.

10\$000

De 3ª. idem

5\$000

São considerados de 1ª. classe os estabelecimento que tiverem mercadoria e, em importancia superior a 200\$000; de 2ª. classe os que tiverem importancia nunca inferior a 100\$ a superior no maximo, até 200\$000 e de 3ª classe os que tiverem mercadoria, no maximo até 1:000\$000 e no minimo, qualquer que seja a importancia. Quando qualquer negociante se oppuzer ao pagamento da licença de conformidade ao calculo feito pelo empregado na classe de sua contribuição o Prefeito Municipal poderá mandar avaliar o negocio existente no respectivo estabelecimento, no caso do dono não querer se prestar a dar-lhe balanço, perante pessoas, nomeadas pelo Prefeito, para em fim e se effectivamente for divulgado lêzo á fazeeda municipal o negociante pagará o duplo da licença consignada na clas-

se da contribuição a que pertencer.

§ 32 Estarão sujeitos também a licença prevista no § antecedente na razão da classe de sua contribuição aquelles que se estabelecerem ainda mesmo que no ultimo mez do anno.

§ 33 De cada 50 braços de roçado em terreno proprio para agricultura que seja separado por travessão e dispense cerca em roda

25000

§ 34 Idem idem, em terreno proprio para criação

15000

§ 35 De cada padaria

105000

§ 36 pessoa que comprar algodão em rama para outro municipio

605000

§ 37 De cada Barbearia

25000

§ 38 casa de jogos

505000

§ 39 cada fogueteiro do municipio

105000

§ 40 ex-

155000

tranho

§ 41 De cada mercador ambulante de

objectos de ouro, pedras preciosas, prata,

metal, inclusive outros artigos de somenas

importancia

205000

§ 42 Os que não quizerem sujeitar-se a licença especificada no § antecedente

allegando não continuarem mercadejando no

municipio, pagarão:

3500

Até uma semana

25000

um mez

e d'ahi por diante, na razão das se-

manas ou mezes que demorar no Municipio

§ 43 De cada olaria no perimetro da

Villa ou Povoações, ou fóra do perimetro

§ 44 De cada planta ou vazante de

capim para negocio, no perimetro da Villa

e Povoação ou fóra delle

55000

§ 45 De cada pessoa que vender ar-

roz, café, bacalhão e carne charqueada nas

feiras do Municipio

105000

§ 46 De cada pezo terno até 5 kilos

55000

§ 47 que exceder dos 5

kilos a que se refere o § antecedente

5500

§ 48 De cada metro

55000

§ 49 medida para liquido

15000

§ 50 secos e ce-

5500

reaes

RENDAS DIVERSAS

§ 51 De cada edificação, reedificação

e demolição de predios, mudança de portas

ou janellas dos mesmos, na Villa e Povoações

§ 52 De cada assentamento de portei-

ra em estrada ou caminho publico

25000

§ 53 De cada desvio de estrada

ou caminho publico

105000

§ 54 De cada alinhamento de calçada

na Villa e Povoação

105000

§ 55 De cada cabeça de animal vac-

cum cavallar e muar de outro Municipio re-

feita neste, quando o dono não tiver pro-

priedade ou cercado para refazela.

55000

§ 56 Idem, idem, sendo de caprino ou

lanigero

5500

§ 57 De cada couro de bovino ou

vaccum vendido nas feiras do municipio, ou

fora dellas.

2500

§ 58 Idem, idem, de caprino ou lan-

igero.

1500

A estes impostos previstos nos §§ 55

e 56, estarão sujeitos os respectivos com-

pradores

§ 59 De cada volume de carne de sol

e do serião, queijo, peixe, etc.

15000

§ 60 De cada fardo de lã que sahir

deste para outro Municipio.

2500

§ 61 Idem, idem, de algodão em

sacca

2500

§ 62 De cada cabeça de animal vac-

cum, cavallar e muar que sahir deste para

outro Municipio ou Estado.

5500

§ 63 De cada rez abatida, de conform-

idade com a lei do Estado, que authori-

sou ao Municipio arrecadar em seu favor

o respectivo imposto.

45800

§ 64 De cada café, ou mosqueiro, usa-

do nos dias de feira na Villa e Povoação,

por cada feira ou dia festivo

5500

§ 65 De cada licença não especifica-

da por feira ou dia festivo

15000

§ 66 De cada registro de animal vac-

cum, cavallar e muar, caprino e lanigero

5500

§ 67 De cada registro de portaria, ou

titulo de nomeação dos empregados muni-

cipaes,

55000

§ 68 De cada reforma ou apostilação

de titulos

55000

§ 69 De cada licença aos emprega-

dos municipaes até 15 dias

35000

Até um mez

55000

§ 70 De cada banqueiro de jogos de

azar e sorte, por dia que bancar.

55000

§ 71 Idem, caseiro de bilhetes

5100

§ 72 De cada roda, ou cuipira, inclu-

sive os dias festivos.

105000

IMPOSTO DE FEIRA

§ 72 De cada carga de aguardente, ex-

posta a venda inclusive os dias festivos

15000

§ 74 De cada suino ou rez abatida

15000

§ 75 medida para liquidos

5300

§ 76 volume de rapaduras, mi-

lho, feijão e farinha

5150

§ 77 De cada caixação com sabão, ou

que contenha enxadas, machados ou fou-

ces, não estando o vendelhão licenciado

para tal

15000

§ 78 De cada volume ou deposito de

esteiras, cordas, cardo de canna, mel de furo

ou de abelha e fructas.

5100

§ 79 De cada pelle de animal bravo

5100

§ 80 De cada cabeça de caprino ou

lanigero fresca ou secca.

5200

§ 81 De cada volume de ossos ou

frescuras

5200

§ 82 De cada meio de sola ou cou-

ro curtido

5200

§ 83 De cada botiquim em tempo fes-

tivo.

15500

§ 84 De cada cabeça de animal vac-

cum, cavallar e muar exposta a venda ou

troca.

5500

§ 85 De cada taboado de madeira

para construção ou reconstrução de obras

§ 86 De cada cabeça de gallinha, pa-

pagaio, e outras aves entradas para nego-

cio.

550

§ 87 De cada mercador ou talhador

de carne verde no mercado desta Villa e

Povoação do municipio

5200

§ 88 De cada artefacto de couro

5100

IMPOSTO PREDIAL

§ 89 A decima dos predios das Po-

voações, será cobrada na mesma razão que

o Estado cobra a decima das Villas e Ci-

dades.

RENDAS EXTRAORDINARIAS

§ 90 Bens de evento

§ 91 De cada animal bovino, vaccum,

cavallar e muar que for pegado em terreno

de agricultura, destruindo lavoura pagará ao

respectivo dono alem do que pagar de dan-

no causada ao proprietario

205000

§ 92 Idem, idem, idem sendo caprino

55000

ou lanigero

§ 93 Multas por infracções de postu-

ras municipaes e sobres juradas

§ 94 Idem por falta de pagamento dos

direitos municipaes no divido tempo

§ 95 Saldo do exercicio anterior

DISPOSIÇÕES GERAIS

Art 3. Os direitos que não forem sujeitos a lan-

camento, serão arrecadados no prazo marcado por E-

dital da Prefeitura. Fora d'esse prazo ficam os respon-

sáveis sujeitos a multa de 20 dentro do exercicio e

decorrido este, será promovida a cobrança executiva-

mente com a multa de 50.

Art. 4 Quando qualquer obra, serviço ou func-

ção de qualquer natureza, sujeitar a licença municipal,

estiverem sendo executadas, sem a divida licença, será

o proprietario ou responsável multado em 305000 e

obrigado a proseguir até que tenha obtido a li-

cença.

§ Unico Si o mentre da obra, no caso de tratar

de construção depois de haver sido intimado para

não continuar no serviço, desobedecer a intimação,

sofrerá multa de 305000 ou 5 dias de detenção cor-

recional

Art. 5 Nas mesmas penas do artigo antecedente

e seu paragrapho, incorrerão o proprietario e o mestre

da obra, quando intimados para não continuarem a

construção da mesma, porque n'ella não são obser-

vadas as posturas municipaes, desobedecerem a inti-

mação.

Art. 6 O poder executivo municipal só poderá

despensar o pagamento de impostos no caso do re-

querente apresentar attestados de indigencia.

Art. 7 Fica o Prefeito authorisado:

§ 1. A alterar ou reformar os regulamentos ex-

istentes em bem do serviço publico municipal.

§ 2. A alterar, digo, a mandar proceder a arre-

cadação dos impostos do municipio administrativa-

mente ou por arrecadação, conforme achar mais con-

veniente aos interenses da fazenda municipal.

§ 3. A realizar as obras que julgar conveni-

ente.

§ 4. A applicar o saldo do orçamento em me-

lhoramentos municipaes.

§ 5. A determinar aos proprietarios da Villa e

Povoações que façam em seus predios os respectivos

reparos, para o devio aformoseamento, mandando até

fasel-o á custa do mesmo proprietario no caso de omi-

são deste, sendo o processo a seguir para a cobrança

pelo executivo fiscal.

Art. 8 Fica igualmente authorisado a promover o

contracto da iluminação e o concerto do açude pu-

blico, com quem melhor vantagens offerecer.

Art. 9 Fica também authorisado a contractar, de

conformidade com a verba creada, para executar os

contribuintes que se negarem a pagar os impostos

municipaes.

Art. 10 Fica ainda authorisado a abrir qualquer

credito extraordinario de que não cogite o presente

orçamento, conforme a necessidade do municipio e de

fazer reverter em beneficio de qualquer verba, aquella

que não for esgotado.

Art. 11. Revogam-se as disposições em con-

trario.

O Secretario da Prefeitura do municipio do

Ingá faça publicar e imprimir.

Prefeitura do Municipio do Ingá em 26 de Janei-

ro de 1906, digo 26 de Dezembro de 1905.

ANTONIO GALDINO DE PAIVA.

Foi publicado nesta Secretaria da Prefeitura do

Ingá, em 26 de Dezembro de 1905.

O Secretario

MANOEL ANTONIO DE PAIVA

Superior Tribunal de Justiça

SESSÃO ORDINARIA, EM 23 DE FEVEREIRO DE 1906

PRESIDENCIA DO SR. DESEMBARGADOR AMARO BELFÃO

Secretario Bachael Carlos de Albuquerque

A hora regimental, na sala das conferencias, presentes os Srs.

Desembargadores em numero legal, foi aberta a sessão.

Relação dos privilegios de invenção de que trata o art. 85 do regulamento n. 8820, de 30 de dezembro de 1822, concedidos por 15 annos, durante o anno de 1904

Numero das Patentes	Data	Concessionarios	Residencia	Objecto
4.164	13 » » »	Charles Withing Baker.	Estados Unidos da America	Novo systema de trasporte particularmente adoptado para linhas de trafego moderado, em regiões montanhosas com declives muito fortes, comprehendendo um novo typo de linha e de vehiculo para a mesma.
4.165	» » » »	Wilhelm Beetz.	Austria.	Systema de fechamento inodoror apmicoat- rios e similares.
4.166	» » » »	Francisco José da F. Braga	Inglaterra	Invenção denominada —Registro— regulador de pennas d'agua inviolavel.
4.167	19 » » »	Frederic James Caassui.	Capital Federal . . .	Aperfeiçoamentos em processos e aparelhos para tratamento das aguas de esgoto e outros li- quidos.
4.168	» » » »	José Lohu.	Estado do Ceará	Novo typo de conductor de aguas pluviales para calçada.
4.169	3 » Nov. »	Rodolpho Theophilo	Capital Federal	Uma bebida espumosa, denominada Cham- pagne de cajú.
4.170	» » » »	Manoel Hilario Pires Ferraz	Capital Federal	Novo meio industrial de confeccionar cou- pons com annuncios impressos com tinta sympa- thica que revelam-se por agentes physicos e chi- micos, denominado Coupons Brasil.
1.171	7 » » »	Bel. João Marcondes dos Santos	Estado do Rio de Janeiro	Apparelho mechanico voador aéreo, a que denominou—Radio-Velo.
4.172	» » » »	dem	Idem.	Apparelho Imecanico de navegação aerea a que denominou—Radio-Velo.
4.173	» » » »	Antonio José Pinto.	Capital Federal	Novo fogareiro.
4.174	11 » » »	Societá in Accotmandita per l'Utilizzazione della Inven- zioni. Ing. Bur per evitare i dissttri ferro-viari e per l'al- laceiamento autamatico dei vagani.	Italia	Dispositivos automaticos para evitar collisão de trens.
4.175	» » » »	Dr. Felix Hecht.	Allemanha	Meio aperfeiçoado para aquecer latas de con- servas.
4.176	» » » »	Electric Boat Company.	E. U. da America	Aperfeiçoamentos nos aparelhos que regu- lam a fluctuabilidade nos submergíveis.
4.177	» » » »	Charles Henri Clandel	França	Gazeificador para combustiveis liquidos.
4.178	» » » »	Charles James Busber e Ge- orge William Baudinet.	Colonia do Cabo de Boa Es- perança.	Explosivos novos ou aperfeiçoados.
4.179	» » » »	John B. Orr.	Capital Federal	Aperfeiçoamentos em calçamentos para cli- mas quentes .
4.180	» » » 1904	William James Cavy.	Inglaterra	Aperfetçoamento em lampadas electricas de arco.
4.181	» » » »	Persy Henry Atkinson.	Capital Federal	Vitrina aperfeiçoada denominada vitrina uni- versal.
4.182	12 » » »	Herman Charles Wolterech	Inglaterra	Processo para producção de lamonio—Com- mercial.
4.183	» » » »	Ruas & Brandão.	Estado do Rio de Janeiro	Novo processo de rotular frascos e vasilhames
4.184	17 » » »	Gert & Carvalho	Capital Federal.	Novo vehiculo de remessas e distribuição de bilhetes ou cartões postaes para propaganda in- dustrial.